

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 462.889 - MS (2018/0197714-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

IMPETRANTE : TATIANA ALBUQUERQUE CORREA KESROUANI E OUTRO

ADVOGADOS : TATIANA ALBUQUERQUE CORREA KESROUANI - MS005758

ELIAS CESAR KESROUANI - MS004378

BRUNO MAZZO RAMOS DOS SANTOS - MS013600

ELIAS CESAR KESROUANI JÚNIOR - MS018893B

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PACIENTE : MARTIN ARECO NETO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. AUMENTO DE PENA EM RAZÃO DE OFÍCIO. DECRETO PREVENTIVO. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. MEDIDA DESPROPORCIONAL. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DE CAUTELARES DIVERSAS. ORDEM CONCEDIDA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. A seu turno, a custódia preventiva somente se sustenta quando, presentes os requisitos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal, se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão.

3. O decreto preventivo não está motivada, em juízo de proporcionalidade, a manutenção da paciente sob o rigor da medida cautelar extrema. A conversão do flagrante em custódia provisória fundou-se na afirmação de que "o acusado, sem trazer qualquer comprovação de residência e trabalho lícito, informa endereço no qual já foi procurado e não encontrado". Embora o Juízo de Direito tenha apontado fundamento na gravidade concreta do fato, observo que, pelas condições pessoais e pelas

Superior Tribunal de Justiça

circunstâncias do fato – embora grave, trata-se de crime sem violência – pode ser substituída a prisão por cautelas.

4. Ordem concedida para substituir a custódia provisória do paciente por medidas cautelares alternativas, sem prejuízo de fixação de outras que o prudente arbítrio do Juízo natural da causa indicar cabíveis e adequadas, bem como de nova decretação da prisão cautelar se efetivamente demonstrada sua concreta necessidade.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, conceder a ordem de habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Dr(a). ELIAS CESAR KESROUANI JÚNIOR, pela parte
PACIENTE: MARTIN ARECO NETO

Brasília, 1º de outubro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**